


1 SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO
 2 CONSELHO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL E
 3 AGRICULTURA FAMILIAR – CEDRAF
 4
 5 ATA DA 82ª REUNIÃO DO CEDRAF REALIZADA EM 26/06/2018
 6 Proposta Pauta:

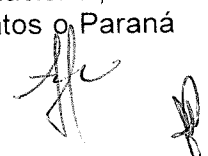
ITEM	HORA	ASSUNTO	RESPONSÁVEL
1	8.15	Credenciamento	Secretaria Executiva
2	8.30	Abertura e aprovação da pauta	Presidente do CEDRAF e Secretário da Agricultura George Hiraiwa
3	8.40	Aprovação da ata da 81ª Reunião	Presidente do CEDRAF e Secretário da Agricultura George Hiraiwa
4	8.50	Informes da Secretaria Executiva do CEDRAF	Miriam Fuckner
5	9.10	Informes do Secretário da Agricultura e do Abastecimento e Presidente do CEDRAF	Secretário da Agricultura George Hiraiwa
6	9.40	Resultados do Programa Renda Família Paranaense – Agricultor Familiar	Miriam Fuckner
7	10.20	Alterações na Operacionalização do Crédito Fundiário	Márcio Silva – SEAB/ Câmara Técnica de Crédito Fundiário
8	10.50	Proposta de Minuta de Decreto para regulamentação da Lei 17.190/2012 que dispõe sobre os incentivos à implantação de sistemas de produção agroecológica e orgânica pelos agricultores familiares no Estado do Paraná	Cláudio Luiz G. Marques - Câmara de Agroecologia
9	11.20	Assuntos Gerais	Presidente do CEDRAF e Secretário da Agricultura George Hiraiwa
10	12.00	Encerramento	Presidente do CEDRAF e Secretário da Agricultura George Hiraiwa

7 Aos vinte e seis dias do mês de junho de dois mil e dezoito, realizou-se a Octogésima
 8 Segunda reunião do CEDRAF, nas dependências do Instituto Emater, no município de
 9 Curitiba – Paraná. **Item 1. Credenciamento:** Estiveram presentes dezoito conselheiros e
 10 dez convidados. **Conselheiros da Sociedade Civil:** Maiko Zanella – OCEPAR, Maria
 11 Izabel Guimarães – SEBRAE, Alzmiro Thomé – CRESOL, Luís Alfredo Slusarz – REDE
 12 ECOVIDA, Lauro Krcezanoski – FEPAR, Luiz Vanderlei Kawa – AMEPAR, Claudio Luiz
 13 G. Marques – Câmara de Agroecologia e Agricultura Orgânica, Bernardo Vergopolen –
 14 FETRAF, Amadeu Bonato – DESER. **Conselheiros do Poder Público:** Rogério
 15 Rodrigues – INCRA, Vera Lúcia Ferreira – MAPA, Antônio Maciel Botelho Machado –
 16 EMBRAPA, Dante Danilo Macedo – DFDA-PR/SEAD, Sérgio Augusto Guariente –
 17 EMATER, Thamisis Camila Piaskowski – CONAB, George Hiraiwa – SEAB, Adelar Motter
 18 – IAPAR, Cláudio Palozi – ALEP. **Faltas justificadas:** SETI, FETAEP, Representante da
 19 Juventude, SEMA/IAP. **Faltas sem justificativas:** CEAGRO, SEED, SEJU, AMP, APPA,
 20 ARCAFAR, FEPEPAR, Fórum de ATER, Representante dos Quilombolas, Rede de
 21 Colegiados Territoriais, Rede Puxirão, Representante das Mulheres, SICREDI,
 22 UNICAFES. Como **Convidados:** Valmir Zen – INCRA, Richard Golba – EMATER, Márcio
 23 Challiol - Associação Gebana (suplente da Câmara de Agroecologia e Agricultura
 24 Orgânica), Júlio Carlos Vieira Silva – Emater, Carlos Roberto Bittencourt – SEAB, Tobias
 25 Prando – SEPL, Ivo Melão – CPRA, Michele Cunha – ALEP, Luiz Tomachesk – CRESOL,
 26 Márcio da Silva – SEAB. Compôs a mesa o Presidente do Cedraf George Hiraiwa e a
 27 Secretária Executiva do conselho Miriam Fuckner. **Item 2. Abertura e aprovação da**
 28 **pauta:** O Presidente George fez a abertura da reunião apresentando-se aos conselheiros,
 29 em seguida, justificando a necessidade de ausentar-se, passou a condução da reunião
 30 para a Secretária Executiva do conselho. Inicialmente **Miriam Fuckner** solicitou aos
 31 conselheiros que se auto apresentassem ao novo Presidente do Conselho. Após expôs a

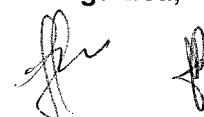
32pauta e informou que foi solicitada, pela SEAB, a inclusão de um item para apresentação
33de Emenda Parlamentar para Aquisição de Maquinas, e pelo INCRA, a apresentação do
34imóvel fazenda Jangadinha, o que foi aprovado pela plenária. **Item 3. Aprovação da ata**
35**da 81ª Reunião do CEDRAF:** a qual foi enviada anteriormente por meio eletrônico, foi
36aprovada por unanimidade. **Item 4. Informes da Secretaria Executiva do CEDRAF:**
37**Miriam** informou que os representantes da SETI, FETAEP, Juventude e SEMA/IAP,
38justificaram ausência tanto do conselheiro titular como do suplente. **Item 5. Informes do**
39**Secretário da Agricultura e do Abastecimento e Presidente do CEDRAF:** Tendo em
40vista o Presidente do CEDRAF ter se ausentado da reunião, Miriam incluiu neste item a
41pauta solicitada pela SEAB: **Apresentação da Emenda Parlamentar para Aquisição de**
42**Máquinas: Richardson de Souza da SEAB,** apresentou o projeto proposto pela emenda
43parlamentar/MAPA – Bancada do Paraná nº 71170002/2018 – Para Aprovação “Ad
44Referendum”, incluído no SICONV nº 053183/2018. O objetivo do projeto é a aquisição de
45máquinas para adequação, manutenção e melhorias de estradas rurais, em apoio ao
46escoamento da produção agropecuária de pequenos e médios agricultores. Richardson
47mencionou o decreto no qual foi delegada à SEAB a responsabilidade para coordenar as
48ações voltadas à recuperação das estradas rurais, o que anteriormente era
49responsabilidade do DER. Richardson informa que serão adquiridas trezentas e quarenta
50e cinco máquinas, que beneficiarão duzentos e noventa e sete municípios, sendo trinta e
51quatro municípios beneficiados com caminhão basculante, três com caminhão comboio,
52vinte com escavadeira hidráulica, quatorze com motoniveladora, trinta e três com pá
53carregadeira, oitenta com retroescavadeira, vinte e dois com rolo compactador e noventa e
54um com trator agrícola. Os municípios receberão os equipamentos através de Termo de
55Convênio de cessão e uso. O valor total da emenda é de noventa e um milhões,
56quatrocentos e cinquenta mil, com uma contrapartida da SEAB de mais de sete milhões. A
57previsão é entregar os equipamentos no próximo ano, tendo em vista o período eleitoral.
58**Sérgio Guarienti, da Emater,** destaca que houve uma inovação do processo, pois
59costumeiramente as emendas parlamentares vêm diretamente para os municípios, agora
60ficamos surpresos pelo volume que vem para o estado poder analisar de forma
61participativa. O Estado, via SEAB, fará a gestão para operacionalizar a aquisição de forma
62mais rápida, em vez de cada Prefeitura fazer um processo de aquisição em separado. A
63proposta apresentada por Richardson da SEAB foi aprovada pela maioria, havendo quatro
64abstenções. **Adelar Motter do IAPAR** manifesta que as emendas parlamentares como
65são trabalhadas são um problema do modelo político. Normalmente são individuais,
66pontuais e muito longe das necessidades da população. O representante da ALEP,
67**Cláudio Palozzi,** fez referência ao projeto de lei 122/2018 que institui o plano estadual de
68cultivo florestal. Este processo é decorrente de audiências públicas realizadas na
69assembleia legislativa com todos os segmentos ligados ao setor de cultura de florestas.
70Foram mais de trinta instituições envolvidas, entre elas a Emater, Instituto de Florestas,
71OCEPAR, FAEP, FETAEP, Embrapa, Itaipu, Universidades, que formaram um colegiado
72que estudou e organizou um relatório com orientações para formatar um processo de lei
73que a assembleia pudesse aprovar. O projeto já tramitou na comissão de constituição e
74justiça, onde foi aprovado após intenso debate. Foi encaminhado para a comissão
75permanente de finanças, que solicitou um parecer da SEAB. Esse parecer será emitido
76para posterior deliberação na comissão de finanças e depois na comissão da agricultura.
77Se aprovado o Estado terá um ordenamento normatizado desse segmento considerado
78importante na geração de emprego e renda, possibilitando o planejamento de políticas
79públicas. O conselheiro referiu-se ainda ao fato de o Paraná ser considerado um dos
80estados mais caros para se produzir em razão do pedágio que tem um custo absurdo. Foi
81criada na ALEP uma frente parlamentar contra a renovação dos contratos do pedágio que
82estão em vigência no estado desde mil novecentos e oitenta e oito, com vencimento em
83novembro de dois mil e vinte e um, sendo que havia um movimento querendo renovar
84automaticamente por mais vinte ou trinta anos. Foi feito um trabalho muito intenso, sendo
85realizadas em todo o Estado várias audiências públicas, resultando na aprovação de um
86projeto de lei que impede que o governo do estado faça qualquer renovação de contratos



87de pedágio ou aditivos ou que publique qualquer outro edital para concessão de rodovias
88estaduais sem anuência da assembleia legislativa. **Item 6. Resultados do Programa**
89**Renda Família Paranaense – Agricultor Familiar: Miriam Fuckner** relatou que o projeto
90é uma parceria entre SEDS, SEAB e EMATER, executado nos cento e cinquenta e seis
91municípios que são prioritários para o Programa Família Paranaense. A meta é de atender
92cinco mil e seiscentas famílias até junho de dois mil e dezenove com investimento
93aproximado de quinze milhões, sendo os recursos para repasse exclusivo às famílias
94beneficiadas. O projeto iniciou em dois mil e quinze, e até maio deste ano, foram
95beneficiadas com o repasse de ao menos uma parcela, três mil cento e oitenta e oito
96famílias. O recurso repassado é para ser utilizado em ações de abastecimento de água e
97saneamento básico, produção de alimentos e projetos produtivos. Em dois mil e dezessete
98as atividades principais de saneamento básico, apoiadas pelo projeto se referem à
99proteção de fontes de água para consumo, construção de banheiros e fossas. Entre as
100principais atividades agrícolas apoiadas destaca-se a avicultura, olericultura, leite e suínos.
101Entre as atividades não agrícolas destacam-se panificação, equipamentos para prestação
102de serviços e costura. Miriam explica que durante a execução do Programa foram feitos
103alguns ajustes, visando incluir o maior número possível de famílias, ente eles a retirada da
104DAP como critério de acesso ao programa e a equalização do recurso repassado de três
105mil reais para todas as famílias com renda declarada no CADÚNICO de até cento e
106setenta e oito reais. Relata ainda que visando o atendimento às famílias vulneráveis, foi
107firmado Acordo de Cooperação Técnica entre SEAD, MDS, SEAB e Emater, para atender
108um mil e trezentas famílias, em cinquenta municípios, através do Programa de Fomento às
109Atividades Produtivas, que faz o repasse de dois mil e quatrocentos reais para cada
110família iniciar um projeto produtivo. **Claudio Marques**, da Câmara de Agroecologia,
111questiona se existe a possibilidade de ampliar o projeto para além de 2019 e Miriam
112responde que o recurso é oriundo do convênio do Estado com o Banco Mundial, e até o
113momento não existe nenhum indicativo de que o prazo poderá ser ampliado. **Sergio**
114**Guarienti** complementa que a operacionalização do programa nos municípios tem sido
115realizada pela Emater com uma forte parceria de outras instituições, especialmente as
116prefeituras municipais, que inclusive disponibilizam técnicos para executar o Programa
117Renda Agricultor. **Dant Macedo** da **SEAD** lembra que na demanda de ATER enviada à
118ANATER consta o atendimento a famílias em extrema pobreza. Em contato com a SEAD,
119em Brasília, foi informado que a demanda ainda está sendo organizada para ser enviada.
120**Amadeu Bonato** do **DESER** relata que, quando a Emater se volta para este trabalho que
121objetiva dar um impulso às famílias vulneráveis, isto desmistifica a lógica do “sul
122maravilha” e que a pobreza está localizada somente no norte e nordeste. Questiona se
123tem recurso para custeio das ações e Miriam responde que nenhum dos dois programas
124tem recurso para custeio e as atividades de capacitação junto às famílias são realizadas
125com recursos do PRORURAL. Amadeu provoca o CEDRAF para promover um debate
126sobre a questão da inclusão social da agricultura familiar e camponesa. **Item 7.**
127**Alterações na Operacionalização do Crédito Fundiário: Márcio da Silva** relata que a
128praticamente um ano atrás o ex-MDA, atual SEAD, suspendeu o Programa de Crédito
129Fundário para fazer reformulações que agora estão em fase de finalização. Márcio Silva
130apresenta o programa explicando que o mesmo é complementar ao de Reforma Agrária
131executado pelo INCRA, uma vez que financia imóveis rurais que não possam ser
132desapropriados. No âmbito nacional é operacionalizado pela SEAD, por meio da
133Secretaria de Reordenamento Agrário – SRA, e nos estados pela Unidade Gestora
134Estadual que funciona nas delegacias. Como no Paraná a UTE continuará funcionando, as
135duas estarão trabalhando juntas, em parceria, com as demais entidades que executam o
136Programa, ARCAFAR, FETAEP, FETRAF, EMATER. Essas são as quatro entidades que
137tem credencial para cadastrar técnicos e executar o programa. Márcio apresenta algumas
138informações referentes ao desempenho do programa, destacando que em dois mil e
139dezesseis o Paraná ficou posicionado em quarto lugar, na classificação nacional,
140beneficiando oitenta e três famílias, número bem posicionado no ranking nacional, mas
141muito pequeno para o potencial do estado. Em relação ao número de contratos o Paraná



142ficou em segundo lugar com cento e quatro contratos. Em dois mil e dezessete teve a
143paralisação no meio do ano, mas os números já vinham diminuindo em função do teto
144muito defasado, à época oitenta mil reais. Ainda assim o estado ficou classificado em
145terceiro lugar em número de famílias e segundo em número de contratos. Em relação a
146área foram adquiridos em torno de vinte e um mil hectares, sendo que a área média por
147família beneficiada gira em torno de seis hectares. O valor dispendido até hoje pelo
148programa é cerca de duzentos e cinquenta e três milhões de reais. A rede de apoio, que
149está passando por uma reformulação, formada por todas as entidades e técnicos
150cadastrados no sistema chamado S-Rede, que é o sistema de rede do crédito fundiário,
151está fazendo um novo recadastramento. Até o momento, a maior equipe era composta
152pelos técnicos do EMATER com cento e cinquenta e sete técnicos, o que diminuiu porque
153boa parte saiu no PDV; a FETAEP com setenta e três técnicos credenciados, a FETRAF
154com vinte e sete, a ARCAFAR com sete e a COOPERIGUAÇU um técnico. Cinquenta e
155seis por cento dos municípios do Paraná não tem técnico credenciado para atuar no
156crédito fundiário. Então, se aparecer uma demanda a área não terá atendimento, e o
157desafio é ampliar a rede de apoio tanto em novas entidades quanto em abrangência
158geográfica. Em relação às linhas de apoio no Paraná existia o combate a pobreza rural o
159CPR pra agricultores inscritos no CADÚnico, com uma condição de renda a patrimônio
160inferior, com juros diferenciado e as demais condições iguais. Outra linha que era para o
161jovem, o Nossa Primeira Terra também com juros diferenciados, e a consolidação da
162agricultura familiar, a linha que mais foi operada em números de contratos. Na nova
163proposta do crédito fundiário, o nome passa a ser PNCF Social, que não vai ter mais no
164Paraná e em outros estados, apenas na área da Sudene e no norte do Brasil vai ter essa
165linha, continuando com meio por cento ao ano para quem está no CADUNICO; a linha
166jovem nossa primeira terra não terá mais no Brasil inteiro; a linha consolidação da
167agricultura familiar passa a ser "PNCF Mais" com aumento de juros de dois pra dois e
168meio por cento. Foram reajustadas as condições de renda e patrimônio, que anteriormente
169era trinta e sessenta, passou a ser quarenta e oitenta mil reais, sendo que as demais
170permanecem iguais. Outra linha chamada de "PNCF Empreendedor", com risco bancário
171ainda não está ativa porque o Banco do Brasil ainda não decidiu se vai entrar neste
172negócio. O limite de crédito subiu de oitenta para cento e quarenta mil reais e o prazo de
173financiamento aumentou de vinte para vinte e cinco anos mantendo a carência de trinta e
174seis meses. Em relação à câmara técnica a constituição atual foi atualizada em dois mil e
175quinze, mas sempre tiveram dificuldades para se reunir e manter o quórum, lembrando
176que a câmara técnica tem a responsabilidade de avaliar as propostas. Naquela ocasião as
177entidades que se apresentaram e participam sempre são a Delegacia SEAD, EMATER,
178FETAEP, FETRAF e SEAB. A ARCAFAR, CRESOL, FAEP, IAP, INCRA e UNICAFES se
179manifestaram e indicaram os representantes, mas nunca participaram das reuniões, e pelo
180regimento da câmara já estariam automaticamente desligadas, por terem faltado seis
181reuniões alternadas ou três consecutivas sem justificativa. **Miriam** informa ter repassado o
182comunicado da Câmara a todas as entidades, mas que não obteve resposta, lembrando
183que a ARCAFAR está com uma situação financeira difícil e por isso nem sempre pode
184participar. O conselheiro representante da **CRESOL** manifesta que a entidade está
185indicada, porque por um tempo tinham técnicos credenciados, mas atualmente não
186executam mais essa atividade, por isso esta participação deve ser revista. **Rogério** do
187**INCRA** irá verificar quem é o representante e que alguém deverá participar. **Dant Macedo**
188da **SEAD** manifesta que com a existência da UGE atuarão mais fortemente no crédito
189fundiário, com a expectativa de estarem agindo UGE e UTE em parceria, se ajudando
190mutuamente e ampliando o número de pessoas envolvidas no processo. **Miriam Fuckner**
191propõe como encaminhamento enviar aos dirigentes de todas as entidades que compõem
192a Câmara, renovando o convite e solicitando uma nova indicação e recondução dos
193representantes. **Item 8. Proposta de Minuta de Decreto para regulamentação da Lei**
194**17.190/2012 que dispõe sobre os incentivos à implantação de sistemas de produção**
195**agroecológica e orgânica pelos agricultores familiares no Estado do Paraná: Claudio**
196**Marques**, representante titular da **Câmara de Agroecologia e Agricultura Orgânica**,



197relata que debatem, já há algum tempo, a proposição de uma política de estado para a
198agroecologia e produção orgânica e que a minuta que está sendo apresentada foi
199elaborada pela Câmara e pela Comissão de Produção Orgânica do Paraná, instituída pelo
200MAPA. Essa minuta regulamenta a **Lei 17.190/2012**, que dispõe sobre incentivos a
201implantação de sistemas de produções agroecológicas e orgânicas pelos agricultores
202familiares do estado do Paraná. Propõe a instituição de uma “Política Estadual de
203Agroecologia e Produção Orgânica”, aos moldes de Estados como SP e RS que já
204instituíram suas políticas estaduais, e também atende aos requisitos e pressupostos da
205Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO) e do Plano Nacional de
206Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO) em vigor. Em dezembro de dois mil e
207quinze a Câmara entregou ao então Secretário Norberto Ortigara uma proposta de Lei que
208criasse uma política estadual de agroecologia e produção orgânica. Em dois mil e
209dezesseis o Secretário encaminhou essa proposta para ser analisada pelo departamento
210jurídico da SEAB, o qual propôs que em vez de ser criada outra lei, fosse regulamentada a
211Lei 17.190/2012. Assim, em dois mil e dezessete a Câmara criou um grupo de trabalho
212específico para trabalhar nessa proposta, que após muitas reuniões e debates, aprovou a
213minuta final que agora é apresentada no CEDRAF. Não se pretende entrar na discussão
214de item por item, porque este produto é coletivo, aprovado por consenso entre os dois
215fóruns, a Câmara de Agroecologia e Agricultura Orgânica do CEDRAF e a CPOrg. A
216expectativa é que o CEDRAF possa referendar essa proposta que a Câmara trabalhou e
217que inclusive já entregou oficialmente ao Secretário da Agricultura. Essa proposta foi
218encaminhada a todos os conselheiros, por e-mail, assim será apresentado apenas um
219resumo da minuta, com destaque para algumas questões. Claudio destacou a quem serão
220dirigidas as ações da política estadual (PEAPO), suas diretrizes e instrumentos, a rede de
221gestão compartilhada, as instâncias de gestão da PEAPO e composição do Comitê
222Gestor. Essa proposta será apreciada pela assessoria jurídica da SEAB para somente
223depois ser encaminhada para a Casa Civil para análise e depois para assinatura da
224governadora. **Sérgio Guarienti - Emater** destacou a iniciativa e o fato de o trabalho estar
225avançando na legislação, uma vez que isto vai consolidando técnica e financeiramente as
226ações em agroecologia. Solicita esclarecimento quanto ao processo de gestão, uma vez
227que a Câmara de Agroecologia é um órgão do CEDRAF e, no seu entendimento, quem
228faria a gestão seria o Conselho. A Câmara apoia o CEDRAF que é o órgão que toma as
229decisões, então Sérgio sugere outra redação, indicando que o CEDRAF, através da
230Câmara de agroecologia, fará a gestão. Porém é necessário analisar a lógica do todo que
231foi discutido na Câmara. **Amadeu Bonato - DESER** se manifesta em acordo, entendendo
232que a câmara técnica não pode deliberar sem antes consultar o CEDRAF. Questiona
233também sobre quem irá deliberar sobre o Plano Anual, e quem irá indicar os
234representantes da sociedade civil no Comitê Gestor. Cláudio responde que a Câmara
235deliberaria sobre o plano e os representantes da sociedade civil, para o comitê gestor,
236sairiam dentre as entidades que compõem a Câmara, e Amadeu reforça o aspecto de a
237câmara não poder deliberar. Miriam chama a atenção para a necessidade de se observar
238no regimento do CEDRAF, qual é o papel das câmaras técnicas. **Melão** manifesta que a
239proposta apresentada pelo Sérgio e as observações feitas pelo Amadeu são pertinentes.
240Destaca, porém, que o Programa Paraná Agroecológico também possui um Comitê Gestor
241e as ações que são executadas pelo mesmo não tem sido apreciadas e ou deliberadas
242pelo CEDRAF. **Bernardo Vergopolen** da **FETRAF** manifesta que o CEDRAF necessita
243evoluir passando a ser mais deliberativo e menos homologador nas questões. Como
244encaminhamento da questão o CEDRAF irá encaminhar à SEAB a nova redação proposta
245em relação à gestão da PEAPO, sendo que as demais questões foram acatadas. **Item 9.**
246**Assuntos Gerais: 1) Apresentação e deliberação sobre o processo de aquisição de**
247**terras, pelo INCRA - imóvel fazenda Jangadinha**, situada no município de Cascavel:
248**Valmir Zen** do INCRA informa que legalmente todo imóvel adquirido pelo INCRA tem que
249passar por audiência pública de compra e venda. Este processo, de número
25054200.000570/2016-48, se refere a uma oferta na região de Cascavel que é o imóvel
251Jangadinha que tem o mesmo nome do assentamento que será ampliado. Está sendo

252adquirido do mesmo proprietário, João Raul Colpo, um imóvel de cento e sessenta e cinco
253hectares, que fica a vinte e dois quilômetros da sede do município, na região da Colônia
254Rio da Paz. O Projeto de Assentamento Jangadinha está circundando a área que está
255sendo ofertada, por isso seria uma ampliação do projeto. Ela não foi adquirida na época
256em que foi criado o projeto de assentamento, pelo fato de que a matrícula não estava
257ratificada, impossibilitando a aquisição. Quanto ao aproveitamento do imóvel, verifica-se
258uma grande faixa de vegetação nativa, representando quase cinquenta por cento do
259imóvel e apesar disso verifica-se um passivo ambiental de aproximadamente quatro
260hectares de preservação permanente, que resulta em torno de vinte e sete mil reais já
261deduzidos na avaliação. O relevo foge do padrão de Cascavel, sendo ondulado, com
262declividade e pedregoso. As benfeitorias são das famílias que já estão no imóvel há mais
263de doze anos. O valor total do imóvel é dois milhões, oitocentos e vinte e um mil,
264quinhentos e doze reais e dezenove centavos, com capacidade para assentar oito
265famílias. **Dant Macedo** questiona se a matrícula que está sendo apresentada já está
266ocupada por trabalhadores e Valmir responde afirmativamente, informando que são
267representantes do MST que já ocupam a área há mais de doze anos, produzindo,
268comercializando, sobrevivendo da área. A proposta apresentada foi aprovada por
269unanimidade. 2) – **Demandas de ATER – Sergio Guarienti, da Emater** esclarece que a
270gestão da Política Estadual e a Nacional de ATER deve ter uma participação maior do
271CEDRAF. É necessário fazer isso no Paraná e o governo federal também precisa
272reconhecer neste conselho um papel de gestor e não apenas operacional para o
273cadastramento de entidades de ATER. A EMATER concluiu todas as chamadas públicas
274que estava envolvida, a última foi em maio/2018. Nesse ano foi iniciado o primeiro trabalho
275com a ANATER, um projeto piloto, no Norte Pioneiro, com mil famílias produtoras de café.
276A ANATER consultou recentemente em dois projetos: o Mais Gestão que é para
277assessorar cooperativas e associações, e outro para assistir famílias produtoras de
278tabaco. A EMATER oficializou para a ANATER o interesse, mas para nenhuma das duas
279propostas concluiu a negociação e apresentou o projeto ainda. Outra demanda que a
280ANATER ofereceu foi recurso para capacitação de extensionistas da ATER oficial, mas
281neste caso ele vê a possibilidade de fazer um processo integrado. Foi encaminhada uma
282proposta preliminar, mas ainda não se obteve resposta. **Amadeu Bonato** do **DESER**
283informou que foi publicada uma chamada publica pela ANATER no programa de
284diversificação do programa cultivo de tabaco com quatro lotes dois no Rio Grande do Sul
285dois em Santa Catarina e nenhum no Paraná. Em reunião do Comitê de ATER do
286CONDRAF, o DESER participou com outras entidades e denunciou a exclusão do Paraná
287da chamada da diversificação em área de tabaco. É obvio que a EMATER vai dar
288continuidade no trabalho com as famílias as quais assistiu anteriormente, até porque a
289política de ATER define um processo de ação continuada, mas as mil e duzentas famílias
290que o DESER atendeu junto com o ICAF, vão ficar a “ver navios”. Informa que foi
291retomado o projeto, inicialmente com quatro mil famílias, depois reduziu para três mil cento
292e sessenta. Saiu a chamada de agroecologia e são seis mil famílias para o Brasil,
293nenhuma para a Região Sul, chamada para dois mil e quinhentos jovens, ainda vai sair
294chamadas para leite, quilombolas e indígenas. O Mais Gestão ficaria uma parte com a
295Emater e outra para as entidades privadas. Pela lei da ANATER as EMATER's tem
296prioridade na escolha das chamadas, porém **ele** discorda do critério da prioridade, que é
297para cada lote, sessenta por cento para a EMATER e quarenta por cento para iniciativa
298privada. Isso não está escrito em lugar nenhum na lei e precisamos discutir como que se
299dará essa priorização aqui do Paraná. Ou avançamos neste debate ou vamos ficar em
300“briga” permanente. A ANATER tem duzentos e trinta e dois milhões para esse ano, está
301se pleiteando trezentos para o ano que vem. Amadeu faz uma proposta de
302encaminhamento para o CEDRAF: fazer um debate na Câmara de ATER sobre como
303conduzimos o levantamento da demanda, criação de sistema, para sermos proativos. Em
304relação as futuras chamadas que aparecerão, a Câmara e a EMATER, que tem um papel
305fundamental de articular a ATER, deve assumir e construir acordos, e fazer com que as
306ações de ATER aqui do Paraná sejam mais efetivas a partir da complementaridade entre


307as entidades. Amadeu informa ainda que vai ocorrer esse ano uns cinco seminários,
308macrorregionais, para debater sobre a Política de Ater, com sessenta participantes em
309cada um, agora em agosto e em novembro o seminário nacional para definir como
310funcionaria a questão de Ater. **Dant Macedo - SEAD** declara que não tinha conhecimento
311destes acontecimentos denunciando que a própria SEAD/Brasília e ANATER não
312repassam informações para a delegacia. Entende que para minimizar estas questões a
313Câmara necessita se reunir e deliberar sobre os assuntos, fechando questão e informando
314a ANATER e SEAD e se vier coisa diferente, não terá o apoio do CEDRAF. Concorde com
315a realização de uma reunião da câmara urgente para entender com mais profundidade
316isso que foi apresentado pelo Guarienti e pelo Amadeu. **Bernardo da FETRAF** manifesta
317que precisa sair com esse encaminhamento e destaca sobre a importância de motivar e
318capacitar os técnicos novos que ingressam na Emater, para trabalharem com
319diversificação e agroecologia. Sugere uma integração de todos os GT's, formando um
320fórum ampliado, para dar maior peso às demandas. Miriam reforça que será realizada a
321reunião da Câmara de ATER e que trará os encaminhamentos na próxima reunião do
322CEDRAF. **3) Maciel da EMBRAPA** informa que o Representante da Rede Puxirão,
323declarou que está com dificuldades para vir às reuniões do CEDRAF. Refere-se à votação,
324em caráter de extrema urgência, do projeto de lei dos agrotóxicos (conhecido como PL dos
325venenos), o que é preocupante, pois são conhecidos todos os problemas causados pelo
326uso dos agrotóxicos. Sugere ao CEDRAF se pronunciar contrariamente, somando-se às
327demais entidades da agricultura familiar, que estarão em Brasília em uma luta contra esse
328PL. Claudio Marques informa que a Câmara de Agroecologia está elaborando um
329documento para apresentar, mas que não conseguiram terminar o mesmo em tempo de
330trazer para o plenário. **Miriam** sugere que assim que o documento esteja pronto seja
331encaminhado à Secretaria Executiva, o qual será enviado em nome do CEDRAF. Sugere
332ainda que cada instituição que faz parte do conselho, e que tem interesse, se posicione
333também. **Item 10. Encerramento:** Sem mais nada a declarar a reunião foi encerrada
334agradecendo a presença dos conselheiros e demais participantes. Eu Miriam Fuckner,
335Secretária Executiva, redigi a presente ata que deverá passar por análise, correção e
336aprovação dos conselheiros e após será assinada por mim e pelo Presidente do CEDRAF.

337

338

339Miriam Fuckner

340Secretária Executiva do CEDRAF


George Hiraiwa
Presidente do CEDRAF.

